This document was translated from English by machine and may contain mistakes. The English original is at https://www.novaracg.com/2026/10/08/the-record-belongs-to-the-signer-a-reply-to-jeff-panasuik/.

The Record Belongs to the Signer: A Reply to Jeff Panasuik

Heather Grizzle · October 8, 2026

Uma resposta a Jeff Panasuik sobre o SL2T: por que a fonte sinalizada, e não a saída em inglês, deveria ser o registo do que uma pessoa Deaf disse.

Conteúdo

1. Em resumo
2. O que Jeff acerta
3. Onde os quadros se encontram
4. Direção, revisitada
5. A pré-condição, e onde a verificação deveria residir
6. Respondendo à pergunta
7. O que isso muda no SLAT
8. Referências

EM SUMA

- Jeff Panasuik tem razão ao afirmar que a minha análise do SL2T não documentou nenhuma etapa de verificação Deaf e não citou nenhuma fonte em língua de sinais. Aceito isso sem ressalvas.
- Ele também tem razão ao dizer que a direção é uma propriedade da arquitetura, e não apenas do local onde o sistema é implantado.
- Onde discordo dele: governança e arquitetura não são eixos separados. Toda condição que ele diz que mudaria a sua leitura é uma condição de governança.
- Minha resposta à pergunta dele: as salvaguardas que uma instituição não pode reinterpretar são aquelas que pertencem à pessoa Deaf. Um direito a um intérprete qualificado, e a fonte sinalizada como o registro.

Em resumo

Jeff Panasuik's "The Second Language Condition" [7] argues that Google DeepMind's SL2T removed gloss but kept the organizing logic that gloss used to expose: a written-English output target that decides what counts as success and what becomes the authoritative record. He reads my "The Coordinates of Trust" [5] as accurate within a governance frame and limited by it, and he closes by asking the SLAT Index which safeguard gives an institution something it cannot reinterpret, negotiate away or quietly ignore.

Aceito a sua correção metodológica sem ressalvas, e aceito que a direção é uma propriedade da arquitetura, e não apenas da implantação. Onde discordo dele é na afirmação de que governança e arquitetura estão em eixos separados. Toda condição que ele nomeia como capaz de mudar a sua leitura é uma condição de governança, e o problema arquitetônico que ele identifica pode ser respondido através de uma delas: a fonte sinalizada, não a saída em inglês, deve ser o registro do que uma pessoa Deaf disse, e o direito a um intérprete humano qualificado deve pertencer à pessoa Deaf, e não à instituição que compra o sistema.

O que Jeff acerta

The methodological point lands, and I want to concede it plainly rather than manage it. "The Coordinates of Trust" analyzed a Deaf-access technology using two documents produced through a process the developer convened, facilitated and funded [4][1]. It documented no Deaf verification step, presented no independent assessment of the released model's output, and cited no signed-language source. Jeff is careful to say that he is not claiming those steps never happened, only that my published analysis does not establish that they did. That is the same distinction between absence and non-documentation that my article asked of DeepMind, and it binds my work exactly as it binds theirs. My finding that the strongest community-facing evaluation attached to a pre-release build identified a gap in the developer's record; Jeff is right that my article named the gap without closing it.

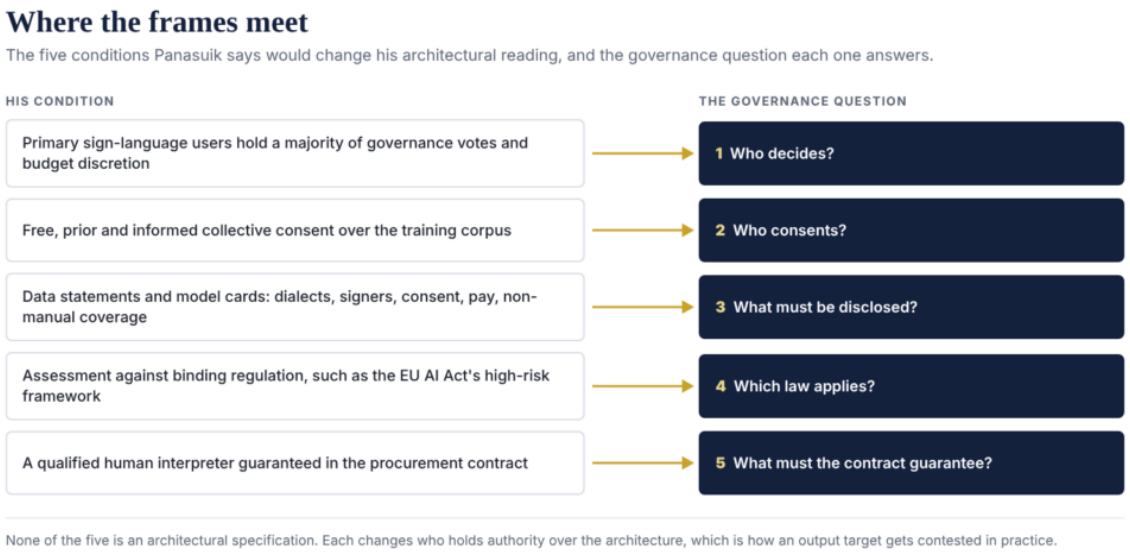
Ele também tem razão sobre o lugar que o gloss ocupava na história. Remover o gloss foi a decisão arquitetônica mais forte do lançamento, e uma crítica incapaz de reconhecer isso não está de fato engajando com o sistema. A sua leitura dos modos de falha divulgados como um padrão, e não como uma lista, é a coisa mais útil do seu artigo. Gramática não manual, profundidade e contato, referentes ambientais, a língua, e o discurso ao longo de turnos não são cinco lacunas técnicas isoladas. São as partes de uma língua de sinais para as quais um alvo escrito linear não tem onde colocar, e as mãos, que um alvo escrito consegue receber, são o que o sistema captura melhor.

> **DIVULGAÇÃO**
>
> Jeff nomeou o seu papel beneficente na S5 Dynamic Learning Initiative e o seu interesse comercial como arquiteto principal da SignaVision Solutions antes de fazer uma única afirmação. Devo fazer o mesmo aqui: escrevi artigos para Jeff, e os leitores devem ponderar essa relação ao avaliar esta resposta.

Onde os quadros se encontram

Jeff escreve que a qualidade da governança e a direção arquitetônica são eixos separados, e que uma leitura de conformidade pode medir o primeiro sem resolver o segundo. Como descrição do que uma única análise documental consegue fazer, isso é justo. Como descrição de como a arquitetura realmente muda, penso que é incompleto, e a sua própria seção final mostra por quê.

Observe as cinco condições que ele diz que mudariam substancialmente a sua leitura: sinalizadores Deaf detendo a maioria dos votos de governança e do poder de decisão orçamentária; consentimento coletivo livre, prévio e informado sobre o corpus; declarações de dados publicadas e fichas de modelo cobrindo consentimento, remuneração e cobertura não manual; avaliação frente a regulamentação vinculante; e um intérprete qualificado garantido no contrato de aquisição. Nenhuma delas é uma especificação arquitetônica. Cada uma é uma afirmação sobre quem decide, quem consente, o que deve ser divulgado, qual lei se aplica e o que um contrato deve garantir. São condições de governança, e são boas condições.



Cada uma das cinco condições que Panasuik nomeia responde a uma pergunta de governança, não a uma pergunta arquitetônica.
Novara Consulting Group

Essa convergência é o ponto central. Um alvo de saída não é uma lei da natureza; é uma escolha de design feita por pessoas com autoridade para fazê-la, financiada por compradores que a aceitam, e mantida em vigor por regimes de avaliação que a recompensam. Jeff tem razão ao dizer que uma lista de verificação de conformidade não consegue ver o corredor atrás de uma porta trancada. Mas os únicos instrumentos que já redirecionaram um corredor são aqueles que mudam quem detém as chaves: autoridade decisória, termos contratuais exequíveis, e requisitos de evidência que um fornecedor não pode satisfazer apenas descrevendo as suas intenções. Governança não é um eixo diferente da arquitetura. É a alavanca pela qual a arquitetura é contestada.

Direção, revisitada

O meu argumento original era que o SL2T é um sistema de compreensão: a máquina lê a pessoa Deaf e uma parte ouvinte lê a máquina. Quando um avatar sinaliza mal para um espectador Deaf, o dano é acesso falho. Quando um modelo transcreve mal um sinalizador Deaf, o dano é atribuição incorreta, porque palavras que a pessoa nunca produziu podem entrar num registro escrito em seu nome. Tratei esse risco como algo que o envelope de uso suportado contém enquanto o envelope se mantiver.

Jeff's correction is that confinement does not change direction. A locked door may stop entry, but it does not change where the corridor leads, and the release materials themselves anticipate cloud APIs, possible open weights, more languages and eventually generation. Once integrators hold the capability, the audience for the boundary is no longer the Deaf user but the employer, school, police service or benefits office deciding how to embed it. I accept this. Direction is a property of the system, and my article understated how temporary the envelope is likely to be.

O que eu acrescentaria é o que decorre disso para um avaliador. Se a direção é arquitetônica, então toda implantação de um sistema de sinais para texto herda o risco de atribuição incorreta por padrão, e o ônus deveria recair sobre quem quer colocar a saída da máquina num registro, e não sobre a pessoa Deaf que tem de captar o erro depois. Isso reformula a questão de governança. Já não se trata de saber se o fornecedor traçou uma fronteira em torno de usos perigosos. Trata-se de saber se algo impede, desde o início, que a saída se torne o registro.

A pré-condição, e onde a verificação deveria residir

The strongest passage in Jeff's article concerns the release's own assumption that users have enough functional English literacy to verify generated text. I described that as a residual risk falling hardest on the users a sign-first tool might serve best. Jeff argues it is more than a distribution of risk: it is how the principal safeguard works, because the signer stays in the loop as verifier but must verify in written English. He cites a 2026 study of adult Deaf ASL users [6]. The study did not test AI translation, and Jeff says so, but it is enough to show that a safeguard requiring a signer to audit fluent English cannot be assumed equally available to everyone the system claims to serve.



A SUPOSIÇÃO DE LETRAMENTO, NUM ÚNICO ESTUDO

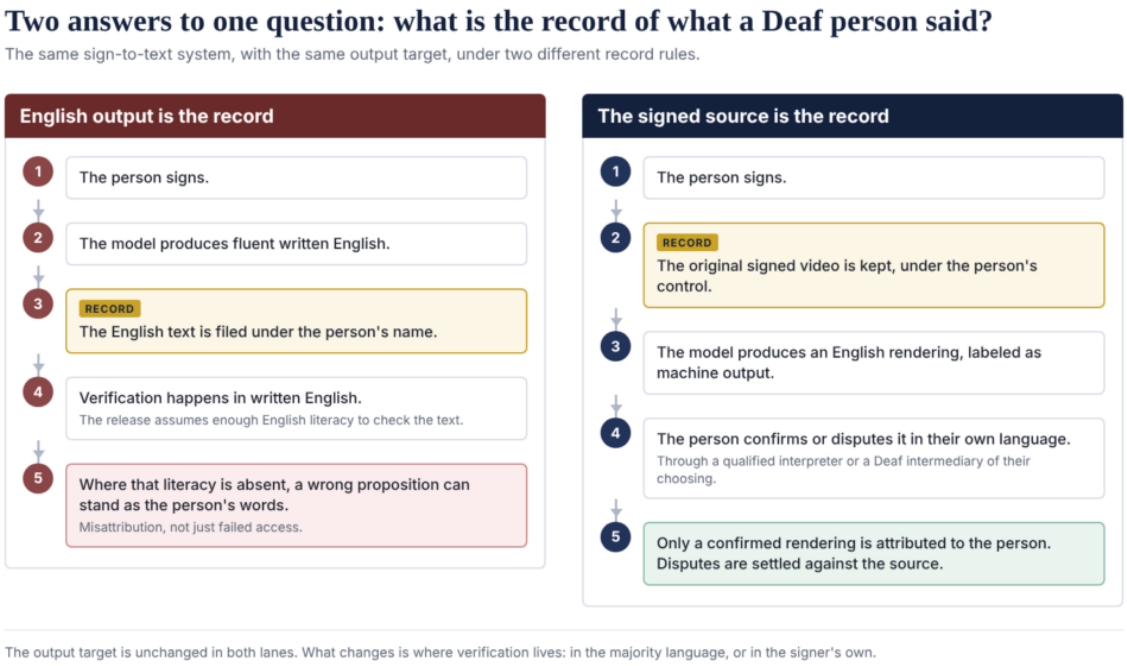
408
usuários Deaf adultos de ASL na amostra

7.7
equivalente médio de ano escolar de leitura em inglês

3.5
desvio padrão, em anos escolares

Fonte: McKee et al., Patient Education and Counseling, 2026

I agree, and I think the remedy follows directly from his own analysis of what the system treats as the authoritative record. If the English output is the record, verification has to happen in English, and the precondition is unavoidable. If the signed source is the record, it does not. The original signed video, retained under the signer's control, becomes the evidence of what the person said, and the English text becomes what it actually is: a rendering, attributable to a machine, with no standing as the person's words until the person has confirmed it in their own language. Confirmation can then take forms that do not depend on English literacy at all, including review of the rendering by a qualified interpreter or a Deaf intermediary of the signer's choosing, and the person's right to dispute the rendering against the source.



O alvo de saída é o mesmo em ambas as vias. O que muda é onde a verificação reside.
Novara Consulting Group

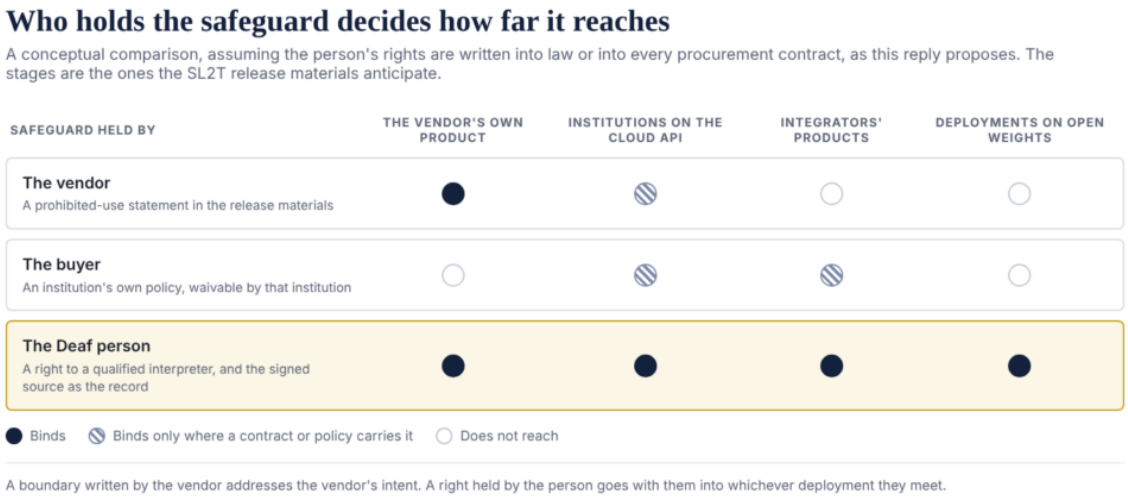
This is not a novel principle so much as a familiar one applied to a new artifact. A transcript is not testimony; the testimony is. An interpreted statement in a legal setting is checked against the speaker, not the reverse. Sign-to-text systems invert that relationship by default, and the inversion is exactly the continuity with Milan that Jeff identifies: competence in the majority language becomes the condition of being correctly represented in one's own words. Making the signed source the record removes that condition from the safeguard, even while written English remains the system's output target.

Respondendo à pergunta

Jeff pergunta qual salvaguarda dá a uma instituição algo que ela não pode reinterpretar, negociar para abandonar ou ignorar silenciosamente. A minha resposta é que nenhuma salvaguarda detida pela instituição consegue satisfazer esse teste, porque seja o que for que o comprador detenha, o comprador pode renunciar a isso. As salvaguardas que sobrevivem à aquisição são aquelas que pertencem à pessoa Deaf e a acompanham em toda implantação. Eu nomearia duas.

1. **A user-invocable right to a qualified human interpreter.** Not a recommendation in guidance and not a fallback the institution may offer at its discretion, but a contract term the Deaf person can invoke at any point in an interaction, with a stated remedy if it is refused and no power in the institution to waive it on the person′s behalf. This answers the advisory committee′s own highest-ranked concern, which Jeff notes the release materials do not guarantee. It also has a legal footing that predates AI: under Title II of the ADA, a public entity must give primary consideration to the auxiliary aid the individual requests [ncg_citep key="cfr35160"], and Article 9(2)(e) of the CRPD names professional sign language interpreters among the forms of live assistance states parties must provide [ncg_citep key="crpd2006"]. The choice already sits with the person in law. Procurement should stop quietly moving it to the buyer.
2. **The signed source is the record.** Machine-generated English never enters a file as a Deaf person′s words unless that person has confirmed it in their own language, the signed source is retained under their control, and any dispute is resolved against the source rather than the text. This is the safeguard that answers Jeff′s precondition, because it takes English literacy out of the verification path without pretending the output target has changed.

Ambas as salvaguardas compartilham uma propriedade que uma fronteira de fornecedor não tem. Não são afirmações sobre para que o sistema não deveria ser usado. São direitos que se vinculam à pessoa, de modo que obrigam qualquer integrador, agência ou empregador que acabe detendo a capacidade, incluindo os que chegarem depois da API em nuvem e dos pesos abertos.



Uma comparação conceitual. Quem detém a salvaguarda decide até onde ela alcança.
Novara Consulting Group

O que isso muda no SLAT

Jeff dirigiu a sua pergunta ao meu Index e às cláusulas de aquisição no seu próprio trabalho, portanto é justo dizer o que o artigo dele muda do meu lado. Três coisas.

> A boundary written in a PDF addresses the vendor's intent. A right held by the Deaf person addresses every deployment that follows.
>
> Heather M. Grizzle

First, the method gap. A governance reading of a Deaf-access technology that documents no Deaf verification step can describe a vendor's record but cannot independently test it. I am constituting a Deaf review body for the Index, and until it is seated I will say so on anything I publish rather than let the absence go undocumented. My further work on SL2T will carry that statement until the gap is closed.

Segundo, a validação de saída. A constatação mais profunda nas avaliações do SLAT até agora [8] é que nenhum fornecedor publicou uma avaliação independente da sua saída sinalizada. Elaborei um protocolo de validação de saída que trata a participação de avaliadores Deaf como algo definicional, e não meramente aditivo, proíbe conteúdo fornecido pelo fornecedor ou de demonstração na amostra, e relata a atribuição incorreta separadamente da precisão, de modo que a falha que Jeff e eu estamos descreven-

do não possa ser diluída por média. É um rascunho, e estou publicando a sua existência aqui para que eu possa ser cobrado por concluí-lo.

Third, the record rule. The Index already asks whether a Deaf user has a route to a qualified human. It does not yet ask whether machine output can enter a record as a person's words without that person's confirmation in their own language. Jeff's article persuades me it should, and I will propose that as a condition in the next revision of the Index. The question he closed on deserves a better answer than a sufficiency rating, and the best answer I have is a right the Deaf person holds rather than a promise the institution makes.

Referências

1. Google DeepMind Sign Language Team et al. (2026, August 12). AISLAC Joint Impact Report for SL2T 1.0. Google DeepMind.
2. U.S. Department of Justice. 28 CFR 35.160(b)(2), Communications: auxiliary aids and services. https://www.ecfr.gov/current/title-28/chapter-I/part-35/subpart-E/section-35.160
3. United Nations. (2006). Convention on the Rights of Persons with Disabilities, Article 9(2)(e).
4. Google DeepMind Sign Language Team. (2026, August 12). Putting sign language AI into users' hands. Google DeepMind.
5. Grizzle-Odland, H. M. (2026, August 22). The Coordinates of Trust: A governance reading of Google DeepMind's SL2T. Novara Consulting Group.
6. McKee, M. M., Plegue, M., Champlin, S., Hill, J., Panko, T., Buis, L. R., Sen, A., Paasche-Orlow, M. K., and Hauser, P. C. (2026). Predictors of health literacy among Deaf American Sign Language users. Patient Education and Counseling, 142, 109348. https://doi.org/10.1016/j.pec.2025.109348
7. Panasuik, J. (2026, August 26). The Second Language Condition: An Architectural Reading of SL2T. LinkedIn. https://www.linkedin.com/pulse/second-language-condition-architectural-reading-sl2t-panasuik-m-sc--5ukic/
8. Novara Consulting Group. (2026). SLAT Index Evaluation Standard, Version 2.0. https://doi.org/10.5281/zenodo.21537271

TIPS

Know something about a sign language AI system that the public should know? Send it to tips@novaracg.com. Every tip is read by me and kept confidential. If you work in the UK, writing to us is not by itself a protected disclosure under the Public Interest Disclosure Act 1998, so before you share employer information, check your options with Protect (protect-advice.org.uk), the free whistleblowing advice line.

SUPPORT NCG

NCG does this work without vendor money, so our findings stay ours. If it has been useful to you, you can support NCG's independent work here. NCG is a for-profit company, not a charity. Contributions are not tax-deductible and buy no service or influence.

Como citar

Grizzle, H. M. (2026, October 8). The Record Belongs to the Signer: A Reply to Jeff Panasuik. Novara Consulting Group. https://www.novaracg.com/pt/2026/10/08/the-record-belongs-to-the-signer-a-reply-to-jeff-panasuik/